O Valor do Inquérito Policial da Polícia Judiciária Brasileira na persecução penal como instrumento para uma propositura de ação penal pelo Ministério Público

The Value of the Brazilian Judiciary Police's Police Inquiry in criminal prosecution as an instrument for a criminal action proposal by the Public Ministry

Guilherme Augusto de Oliveira¹

Alessander Lopes Dias²

Cleide Henrique Avelino³

Maisa Furtado de Souza⁴

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa doutrinária foi estruturado pelo método dedutivo de revisão bibliográfica, sendo uma reflexão em torno da importância do Valor do Inquérito Policial da Polícia Judiciária Brasileira na atividade persecutória penal do Estado. A persecução penal no Brasil tarefa está encarregada a Polícia Judiciária, que através da peça administrativa inquérito policial realiza uma investigação preliminar das práticas delituosas buscando elementos de provas para se chegar à autoria que serviram como base para uma eventual ação penal.

Palavras-chave: Investigação Criminal; Inquérito Policial no Brasil; Persecução Penal Brasileira; Valor probatório do inquérito policial.

ABSTRACT

This doctrinal research paper was structured using the deductive method of bibliographic review, reflecting on the importance of the value of Police Investigations (Inquérito Policial) in the prosecutorial activities of the Brazilian State. In Brazil, the task of criminal prosecution is entrusted to the Judiciary Police, which conducts preliminary investigations through the administrative document known as the Police Investigation (Inquérito Policial), gathering evidence to establish authorship that serves as the basis for potential criminal actions.

Keywords: Criminal Investigation; Police Investigation in Brazil; Brazilian Criminal Persecution; Evidential value of the police investigation.

Introdução

Esta pesquisa doutrinária foi uma reflexão em torno da importância do Valor do Inquérito Policial da Polícia Judiciária Brasileira na atividade persecutória penal

¹ Acadêmico do 10º termo do curso de Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO Campus Araçatuba.

² Delegado, Mestrado em Direito; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO Campus Araçatuba.

³ Contadora; *Master of Science in Emergent Technologies in Education*; Especialização em Contabilidade, Administração, Finanças e Tecnologia para EAD; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO Campus Araçatuba.

⁴ Professora de Português; Mestrado em Estudos Linguísticos; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO Campus Araçatuba.

do Estado. A persecução penal no Brasil está encarregada à polícia judiciária, dada ao ato de investigar as práticas delituosas e buscar sua autoria utiliza-se da peça administrativa “inquérito policial” para que o Estado detentor do direito de punir detenha sua efetividade e aplicabilidade observando os princípios basilares da Constituição Federal e leis infraconstitucionais, para que haja um estado democrático de direito apto a resguardar os direitos e garantias fundamentais do investigado.

Nesse contexto, o presente trabalho foi estruturado para analisar qual o valor probatório do inquérito policial na persecução penal como instrumento auxiliar para uma eventual propositura de ação penal pelo Ministério Público, pois as provas colhidas no curso da investigação tem grande importância, para se evitar uma condenação baseada em meros atos de investigação preliminar, sendo que nessa fase não são observados o contraditório e a ampla defesa, que por sua vez acabam indo viciado para as mãos do juiz. Diante disso, foi inserido a figura do “juiz de garantias” na legislação penal, porém essa lei se encontra suspensa.

Na seara das provas colhidas durante a investigação preliminar, a saber, que é elemento essencial do processo, pois são elas que garantem as partes envolvidas autor e réu o direito de ação e defesa, podendo ser produzidas quaisquer provas admitidas no ordenamento jurídico, desde que observados os princípios de lisura, bons costumes e primazia aos princípios gerais de direito. As provas utilizadas no âmbito da investigação preliminar podem ser repetíveis ou irrepetíveis, desde que confirmadas em juízo competente demonstrando através da antecipação de provas uma fundada probabilidade de que será inviável produzir essa prova em fase processual.

O sistema processual penal brasileiro adota o Sistema Acusatório, embora mitigado (predominância do inquisitório na fase pré-processual e o acusatório na processual) mesmo que não expresso, por constatar que na fase da investigação preliminar se utiliza o inquisitório, e já na fase processual é adotado o acusatório assegurando o contraditório e a ampla defesa, garantindo os direitos fundamentais expressos no texto legal da Constituição Federal.

Diante disso, é importante fortalecer a grande importância da peça administrativa “inquérito policial” do ordenamento jurídico brasileiro para se alcançar a elucidação da autoria, materialidade, bem como as elementares do crime

propriamente dito, visando à prevenção da condenação de inocentes, bem como para que não desapareçam os meios de provas no decurso do tempo para construirmos um Estado Democrático de Direito pautado na legalidade e nas atribuições legais dispostas na Constituição e demais leis. Foi com base nesse entendimento que o presente trabalho foi estruturado visando proporcionar ao leitor um conhecer ou despertar acerca do valor probatório do inquérito policial utilizado no ordenamento jurídico brasileiro.

O Estado Democrático de Direito

O homem é um ser social, já que para se viver em sociedade necessita do contato natural com outras pessoas, sendo que em decorrência dessa relação, acaba por ter algumas insatisfações e uma colisão de conflitos de interesses. Relacionado a esse fato acabam que alguns adentram a seara da prática delitativa incorrendo em algum crime, conforme tipificado em nosso Código Penal Brasileiro.

Assim, para dirimir esse conflito surge o papel do Estado, com atribuição e titular de adotar providências, para investigar o fato infringente da norma, na busca de elementos para se alcançar a elucidação da autoria, materialidade, bem como as elementares do crime propriamente dito, visando à prevenção da condenação de inocentes, ou para que com o decurso do tempo as provas não desapareçam.

O Estado, única entidade dotada de poder soberano, é o titular exclusivo do direito de punir (para alguns, poder-dever de punir). Mesmo no caso da ação penal exclusivamente privada, o Estado somente delega ao ofendido a legitimidade para dar início ao processo, isto é, confere-lhe o *jus persecuendi in judicio*, conservando consigo a exclusividade do *jus puniendi*. (CAPEZ, 2021, p.18)

Na etapa de persecução penal, é encarregado aos órgãos estatais ou do particular, objetivando noticiar ao Estado-Juiz a prática da *notitia criminis*, que é uma atividade investigatória e também processual penal, como o exercício da ação penal, onde se tem a movimentação da máquina estatal diante da realização de um ilícito penal visando à preservação dos direitos constitucionais elencados em nossa nobre Constituição Federal de 1988.

Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor, é isto que emana Código de Processo Penal. Após ser formulada a denúncia é preciso que seja transcrito com clareza, a fim de que o futuro réu tenha

total conhecimento da acusação, para que ele possa produzir sua defesa necessária, expressado no artigo 260 do Código de Processo Penal Brasileiro 1941: “Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor”.

É assegurado à pessoa o direito de não ser privada de sua liberdade e de seus bens, sem a garantia de um processo legal e justo, cuja base foi inspirada na Constituição Americana adotante da Carta Magna de 1215, princípios básicos que não observados tornam o processo eivado de nulidades, não respeitando a legitimidade, legalidade e jurisdição.

A Ação Penal é o direito de pedir ao Estado-Juiz a aplicação do direito penal objetivo a um caso concreto, sendo ele como único detentor do poder-dever de punir, é tido como um direito autônomo, que não se confunde com o direito material; um direito abstrato, que independe do resultado final do processo; um direito subjetivo, pois o titular pode exigir do Estado-Juiz a prestação jurisdicional; um direito público, pois a atividade jurisdicional que se pretende provocar é de natureza pública. Dentro desse campo existem dois tipos de espécies tradicionalmente classificadas sendo ação pública ou ação privada, conforme sejam promovidas pelo Ministério Público ou pela vítima e seu representante legal respectivamente. (CAPEZ, 2021)

Assim, de fato, é um direito inerente ao cidadão de ser processado e condenado em um tempo razoável, mas se não agir dentro do prazo legalmente estabelecido em lei acaba pode incorrer em uma incabível punição por estar prescrito a pretensão.

Na Ação Penal Pública incondicionada o Ministério Público promoverá a ação independentemente da vontade ou interferência de quem quer que seja, bastando somente que concorram as condições da ação e os pressupostos processuais, e na pública condicionada também tem a manifestação de vontade do ofendido ou do seu representante legal. A ação pública será sempre a regra, sendo a privada como exceção.

Caso em que o Ministério Público titular da ação, só pode dar início se a vítima ou seu representante legal o autorizarem, por meio de uma manifestação de vontade.

No tocante ao prazo decadencial da ação penal, salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de

representação, se não exercer dentro do prazo decadencial de seis meses, contando do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, ou em caso do dia que se esgotar para encerrar o prazo de oferecimento de denúncia. Esse prazo, é a perda do direito de agir no decurso de determinado processo estabelecido em nossa própria legislação.

Portanto, embora o prazo decadencial seja processual, ele acaba por gerar reflexo diretamente no direito penal, pois acaba que extingue a punibilidade. O marco inicial da decadência é o dia em que vítima tomar conhecimento do autor do delito, mesmo em caso de morte ou considerado ausente o ofendido deve-se observar esse prazo aos seus sucessores. Muitos questionamentos surgem através da lentidão processual no sistema judiciário brasileiro, onde muitos acreditam que em decorrência disso ocorre a decadência, mas depois de iniciada a queixa-crime exercida no prazo legal de seis meses, não há que se falar em decadência com a demora para conclusão do inquérito. (CAPEZ, 2021)

Inquérito Policial: investigação preliminar e suas características

O Inquérito Policial denominado como Investigação Preliminar criado através de um Decreto nº. 4.824, de 22 de novembro de 1871, que busca uma apuração das infrações penais e da sua autoria, conforme em base legal no Título II, artigo 4º do Código de Processo Penal Brasileiro, papel este desempenhado pela Polícia Judiciária brasileira em todo território nacional e suas respectivas circunscrições. É uma peça de merecedor destaque na seara da persecução penal, que fornece elementos básicos e primordiais para se fundamentar entre o surgimento de um processo ou não, ou assim servir de base legal para outras medidas a serem adotadas.

O surgimento do inquérito policial se dá pela *notitia criminis* propriamente dito. É dado o conhecimento a autoridade policial da notícia do crime, dando-se início as investigações para apurar os fatos que levaram ao cometido do delito. (CAPEZ, 2021)

A *notitia criminis* de cognição direta ou imediata: também chamada de *notitia criminis* espontânea ou inqualificada, ocorre quando a autoridade policial toma conhecimento direto do fato infringente da norma por meio de suas atividades rotineiras, de jornais, da investigação feita pela própria Polícia Judiciária, por

comunicação feita pela polícia preventiva ostensiva, pela descoberta ocasional do corpo do delito, por meio de denúncia anônima etc. A delação apócrifa (anônima) é também chamada de notícia inqualificada, recebendo, portanto, a mesma designação do gênero ao qual pertence.

Por outro lado, a *notitia criminis* de cognição indireta ou mediata: também chamada de provocada ou qualificada, ocorre quando a autoridade policial toma conhecimento por meio de algum ato jurídico de comunicação formal do delito, como, por exemplo, a delatio criminis – delação (CPP, art. 5º, II, e §§ 1º, 3º e 5º), a requisição da autoridade judiciária, do Ministério Público (CPP, art. 5º, II) ou do Ministro da Justiça (CP, arts. 7º, § 3º, b, e 141, I, c/c o parágrafo único do art. 145), e a representação do ofendido (CPP, art. 5º, § 4º).

Já na *notitia criminis* de cognição coercitiva: ocorre no caso de prisão em flagrante, em que a notícia do crime se dá com a apresentação do autor (conforme. Código de Processo Penal Brasileiro 1941, art. 302 e incisos). É modo de instauração comum a qualquer espécie de infração, seja de ação pública condicionada ou incondicionada, seja de ação penal reservada à iniciativa privada. Por isso, houve por bem o legislador tratar dessa espécie de cognição em dispositivo legal autônomo (Código de Processo Penal, art. 8º). Tratando-se de crime de ação pública condicionada, ou de iniciativa privada, o auto de prisão em flagrante somente poderá ser lavrado se forem observados os requisitos dos §§ 4º e 5º do art. 5º do Código de Processo Penal.

Com o advento do Código de Processo Penal de 1941, surge esse instrumento como garantia ao cidadão contra abusivas acusações infundadas, sendo que para acusar alguém é necessário elementos com fundamentos fáticos e jurídicos suficientes para ser promovida a ação penal, onde em regra é aonde se consegue a sustentação.

O inquérito deve buscar a verdade. Não se destina à apuração direcionada, com vistas à confirmação de uma *tese* ou *intuição* preconcebida a olhos turvos pela autoridade policial ou pelo Ministério Público em desconsideração ao todo; com desleixo em relação ao drama humano que uma imputação irresponsável de autoria delitiva desgraçadamente acarreta, de forma a ensejar violação ao princípio da dignidade da pessoa humana. (MARCÃO, 2021, p.60)

Esse procedimento preliminar visa apurar a prova do fato, ou seja, se realmente ocorreu à infração penal, e se houve a ofensa ao bem jurídico tutelado, indícios de autoria, se o agente é imputável, se há inexistência da acusação formal, para evitar acusações levianas e precipitadas, podendo concluir pela sua instauração, pelo arquivamento do inquérito, ou pelo retorno dos autos à polícia, para novas diligências que assim julgar necessárias.

As formalidades do inquérito policial não concebem a existência de uma investigação verbal, ao que pese todas as peças do inquérito, serão num só processo, reduzidas a escrito ou datilografadas, e nesse caso, rubricadas pela autoridade competente. (Código de Processo Penal, 1941). A saber, a participação do Ministério Público no inquérito policial conduzido pela polícia judiciária (Polícia Civil) é como um assistente da atividade, na qual poderá requerer a instauração imediata, acompanhar e requisitar diligências no seu decurso.

Em conformidade com ordenamento jurídico brasileiro no art. 2º, caput, da Lei n. 12.830/2013, que: “Art. 2º As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo Delegado de Polícia são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado”.

O sigilo se faz necessário e é garantido durante o curso do inquérito policial para poder se obter uma melhor colheita das informações e elucidação dos fatos, mas esse sigilo não se estende aos órgãos públicos assegurados pela nossa Constituição Federal, sendo Ministério Público e nem a autoridade judiciária.

Conforme dispõe a lei nº 8.906/1994 do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, traz em seu artigo 7º, inciso XIII Dos Direitos dos Advogados, como de examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de processos findados ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estiverem sujeitos a sigilo ou segredo de justiça, assegurada a obtenção de cópias, com possibilidade de tomar apontamentos. (Redação dada pela Lei nº 13.793, de 2019).

Quanto ao sigilo há que se falar em dois modelos, sendo o sigilo interno onde se impõe em relação ao investigado e seu defensor, e alcança as diligências realizadas em termos de investigação preliminar, já no sigilo externo é vedada a publicidade dos atos de investigação e inquérito em relação a terceiros.

A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade. Sua formalidade se atribui a fazer por escrito, não aduzindo assim a forma oral, onde os depoimentos são colhidos a termo, conforme preceitua em nosso Código de Processo Penal, 1941 no artigo 9º: “Todas as peças do inquérito policial serão, num só processo, reduzidas a escrito ou datilografadas, e neste caso rubricadas pela autoridade”.

No tocante à comunicação da pessoa presa com seu advogado, encontra subsistência legal no ordenamento jurídico brasileiro, sendo que em hipótese alguma a autoridade policial poderá impedir o contato do investigado preso com seu advogado, pois esse fato incorre em uma violação de direito da pessoa presa, vedação introduzida no artigo 21 do Código de Processo Penal, e conforme citado no artigo 7º, III, do Estatuto da Advocacia.

A legitimidade para se determinar o arquivamento do inquérito não se estende à autoridade policial, prerrogativa esta exclusiva do Ministério Público, titular da ação penal, base legal no artigo 17 do Código de Processo Penal Brasileiro.

O pedido é direcionado ao juiz, que analisando o caso em concreto, concordando com os fundamentos poderá acatá-lo, ou se assim entender improcedentes as razões invocadas pelo órgão do Ministério Público, deverá remeter os autos do inquérito ou peças ao procurador geral, no sentido de devolver ao chefe do *Parquet* a decisão acerca do arquivamento ou não do inquérito.

Conforme o pacote anticrime lei nº 13.964/2019, no parágrafo 1º a vítima, ou seu representante legal, não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá no prazo de 30 (dias) do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial conforme dispuser a respectiva lei orgânica. Em que pese às ações penais relativas a crimes praticados em detrimento da União, Estados e Municípios, a revisão do arquivamento do inquérito policial poderá ser provocada pela chefia do órgão a quem couber a representação judicial, redação essa trazida no parágrafo 2º do artigo 28 da própria lei.

A atuação da autoridade policial no andamento do inquérito policial não lhe garante a prerrogativa de arquivar os autos do inquérito, apenas de colher elementos suficientes para convencimento do titular da ação penal, pois todos os atos envolvem uma valoração de tudo aquilo que foi colhido.

Dada à alteração do artigo 28 do Código de Processo Penal, foram ajuizadas diversas ações diretas de inconstitucionalidade, dentre elas a do Conselho Nacional do Ministério Público (ADI 6.305), que levaram o Ministro Luiz Fux a determinar a suspensão, por tempo indeterminado, de vários dispositivos da lei nº 13.964/2019, inclusive do dispositivo que alterava o referido artigo 28 do Código de Processo Penal. (CAPEZ, 2021) Com a reforma da referida lei, o procedimento investigatório criminal será comunicado ao juiz das garantias, quando ordenado o arquivamento pelo promotor, este mesmo determinará a subida dos autos à superior instância do Ministério Público para deliberação final, espera-se que a figura do juiz das garantias seja mantida pelo STF (Supremo Tribunal Federal), por ora há liminar suspendendo a sua eficácia, justamente para fiscalizar as investigações ministeriais.

Essa referida lei também inseriu a possibilidade de haver o acordo de não persecução penal (artigo 28-A, Código de Processo Penal), tendo o investigado confessado formal e a prática da infração penal seja sem violência e cominada com pena inferior a 4 (quatro) anos, como disciplina o artigo 28-A Lei nº 13.964/2019: Art.28-A Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente.

Importância das provas colhidas no inquérito policial

A vantagem dessa investigação ficar a encargo da polícia judiciária traz a garantia de que não há dúvidas de que a polícia tem condições de atuar em qualquer lugar do país, desde os grandes centros até os povoados mais afastados, pois seu efetivo bem maior do que os de juízes de instrução ou dos promotores investigadores.

Além disso, esse foi o principal argumento do legislador brasileiro de 1941 para justificar a permanência do inquérito policial, pois, segundo o pensamento da época, era o modelo mais eficiente à realidade e tendo em vista as grandes dimensões territoriais de nosso país.

No Código de Processo Penal Brasileiro, datado de 1941, não faz referência à Polícia Civil, mas sim à Polícia Judiciária, apenas faz menção ao Delegado de Polícia em um único artigo (art. 295, XI), fazendo sempre referência à Autoridade Policial. A partir da Constituição de 1988, a legislação deverá ser interpretada no sentido de equiparação dos termos.

Desse modo, para o Governo, a investigação preliminar realizada pela polícia é mais vantajosa, simplesmente porque ele detém o poder de mando, e total controle do órgão, por conseguinte se tem uma atividade mais célere e dinâmica onde utiliza uma demanda menor de recursos humanos especializados para tal fim.

O direito de punir está condicionado ao Estado, que somente poder ser exercido após a submissão ao devido processo penal, sendo o único caminho necessário para se chegar há uma sentença penal condenatória.

Sobretudo as provas que são colhidas durante a investigação e materializadas em inquérito policial têm valor relativo; são dotadas de limitada eficácia probatórias. A procedência da ação penal é imprescindível à produção de provas em juízo, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, observada o devido processo legal. (MARCÃO, 2021, p. 59)

Ainda que determinadas provas não sejam objeto de questionamento no momento de sua colheita, contemporaneamente à sua produção, ficam expostas ao contraditório diferido, que necessariamente se verificará ao tempo da persecução penal em juízo, quando então caberá à defesa argumentar e provar eventual ilegalidade na sua produção e consequente desvalia frente ao ordenamento. (MARCÃO, 2021, p.66)

Em síntese, no Código de Processo Penal Brasileiro de 1941, não há nenhuma presunção de veracidade aos atos obtidos na fase pré-processual do inquérito policial, esses atos praticados e obtidos servem para se justificar o recebimento ou não da acusação, já que na sentença só podem ser valorados os atos praticados no curso do processo penal, com plena observância das garantias constitucionais.

Saliente-se ainda no que traz o artigo 155 do Código de Processo Penal Brasileiro na sua redação: Caput “O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvados às provas cautelares, não repetíveis e antecipadas”.

Com a reforma processual que ocorreu pela Lei nº11. 690/2008 por ter inserido a nova redação com as seguintes alterações no “Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas”, afirmando assim que, o juiz não pode fundamentar sua decisão “exclusivamente” com base no inquérito policial, estará mantendo aberta a possibilidade (absurda) de os juízes seguirem utilizando o inquérito policial, desde que também invoquem algum elemento probatório do processo.

Em decorrência disso se mostra a extrema importância da inserção dos artigos 3ºA a 3ºF pela lei nº 13.964/2019 no Código de Processo Penal 1941 (juiz das garantias), porém não teve sua eficácia devido à suspensão dada pelo ministro Luiz Fux ComMM suspendendo sua total eficácia. (Adin nº 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305)

Diz o Art. 3º-C, §3º e 4º do Código de Processo Penal Brasileiro: § 3º Os autos que compõem as matérias de competência do juiz das garantias ficarão acautelados na secretaria desse juízo, à disposição do Ministério Público e da defesa, e não serão apensados aos autos do processo enviados ao juiz da instrução e julgamento, ressalvados os documentos relativos às provas irrepetíveis, medidas de obtenção de provas ou de antecipação de provas, que deverão ser remetidos para apensamento em apartado; § 4º Fica assegurado às partes o amplo acesso aos autos acautelados na secretaria do juízo das garantias.

Isso é uma medida de extrema importância para que os atos da investigação preliminar não ingressem no processo judicial, pois essa exclusão ou inserção serve exatamente para evitar uma contaminação do juiz de instrução, na qual é o julgador dos elementos obtidos no inquérito policial, primando pelos princípios da contraditória e ampla defesa.

A atribuição dessa exclusão preliminar na fase pré-processual evita-se uma condenação baseada em meros atos de investigação, onde esses autos ficarão acautelados na secretaria do juiz das garantias, permitindo-se acesso por parte da defesa e Ministério Público, mas não se permitindo a juntada aos autos do processo que será enviado ao juiz do processo.

O juiz de garantias ao remeter os autos ao juiz da instrução e julgamento, não encaminha a integralidade dos autos, apenas a denúncia ou queixa; a decisão de recebimento, para compreensão do que foi recebido e do que foi rejeitado; decisão que decretou medidas cautelares ou prisão cautelar, para controle e também para revisão no prazo de 10 (dez) dias; e decisão que manteve o recebimento e não absolveu sumariamente conforme (artigo 397, Código de Processo Penal Brasileiro), sendo este material arrolado em apartado ao processo principal, pois se destina ao Ministério Público e a defesa que poderão utilizar ou não na audiência de instrução e julgamento.

Mediante o exposto, mostra-se que o valor probatório do inquérito policial acaba sendo virado de ponta cabeça, pois cabe ao advogado incumbido de poderes legais para tal provar a improcedência da denúncia, defronte uma impactante figura de um juiz terceiro inconscientemente manipulado pelos autos da investigação preliminar, gerando assim uma ameaça real e grave para a imparcialidade do fato de o mesmo juiz receber a acusação e depois instruir e julgar o feito.

Considerações finais

O presente trabalho de pesquisa doutrinária teve como escopo uma reflexão em torno da investigação preliminar realizada no Brasil acerca do valor do inquérito policial para uma eventual propositura de ação penal, tema este abordado dentro do nosso Código de Processo Penal Brasileiro, no qual trazem as atribuições legais da Polícia Judiciária, órgão este encarregado da realização da persecução penal, de investigar as práticas delituosas e sua autoria utilizam-se da peça administrativa “Inquérito Policial”.

É realizada uma análise dos fundamentos e as noções do que é um Estado Democrático de Direito, trazendo as noções gerais da persecução penal no Brasil, os princípios adotados pela nossa atual Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, das atribuições legais da polícia judiciária, no qual foram encarregados dessa árdua tarefa de realizar a investigação preliminar por meio da peça administrativa “inquérito policial” na busca examinar a prática delituosa; demonstrando também os sistemas processuais penais existentes, e o qual o Brasil adotou; abordagem dos tipos de ação penal: ação penal pública condicionada, ação penal pública incondicionada e ação penal privada. Viu-se também que o devido

processo penal em si, é um conjunto de atos coordenados que tem como o objetivo, o julgamento de um fato em decorrência de um crime ocorrido, visando uma pretensão punitiva do Estado que detém o poder de punir em um caso concreto ou até mesmo absolvição do acusado.

Mostra-se também o trabalho desempenhado pela Polícia Judiciária, a saber que é função constitucional da Polícia à preservação da ordem pública, garantindo a cada cidadão a dignidade de uma vida salubre, o papel deste órgão é de extrema importância a colheita e de provas e elementos do crime do local ocorrido, pois no processo penal, diariamente é banalizado, com oferecimento de denúncias absolutamente sem justa causa, seja pela irrelevância social e pela pena da conduta imputada, seja pela fragilidade probatória que sustenta as acusações por crimes aparentemente dignos de intervenção penal.

Sobretudo o Inquérito Policial é um procedimento administrativo pré-processual, delegado e presidido pela autoridade policial judiciária (delegado de polícia), destinado à formação de elementos para suporte da *opinio delicti* do parquet, ou do ofendido, dependendo o tipo da ação penal.

Na seara das provas colhidas durante a investigação preliminar, a saber que é elemento essencial do processo, pois são elas que garante as partes envolvidas autor e réu o direito de ação e defesa, podendo ser produzidas quaisquer provas admitidas em nosso ordenamento jurídico, desde que observados os princípios de lisura, bons costumes e primazia aos princípios gerais de direito. As provas utilizadas no âmbito da investigação preliminar podem ser repetíveis ou irrepetíveis, desde que confirmadas em juízo competente demonstrando através da antecipação de provas uma fundada probabilidade de que será inviável produzir essa prova em fase processual.

Paralelo às provas, destacou-se que o valor probatório do inquérito policial mesmo não observados às garantias constitucionais do contraditório e ampla defesa, verifica-se que as provas produzidas compõem os autos no curso do processo.

Destaca-se aqui também o papel essencial da presença do advogado durante o curso da investigação preliminar, sendo que conforme a legislação do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil cabe ao defensor examinar em qualquer órgão dos poderes judiciário e legislativo, ou da administração pública em

geral, autos de processos findo, em andamento, examinar em qualquer instituição responsável por conduzir investigações de qualquer natureza, autos de flagrantes, mesmo sem procuração, quando não estiverem sujeitos a sigilo ou segredo de justiça, assegurado a obtenção de cópias com possibilidade de se fazer apontamentos. Esse sigilo é relativizado por conter uma súmula vinculante que garante ao defensor acesso aos autos já documentados, sendo a negativa sem o devido fundamento legal fere a prerrogativa imprescindível ao devido exercício da advocacia, além de poder constituir em crime de abuso de autoridade nos termos da redação da nova lei vigente.

Os juízes acabam que tendencialmente apegam-se à imagem do que lhe foi transmitido nos autos da peça do inquérito, sendo que cabe a figura do advogado incumbido de poderes legais para provar a improcedência da denúncia, defronte uma impactante figura do juiz “terceiro” estimulado pelos autos da investigação preliminar.

Diante disso, faz-se necessário uma reforma a legislação penal e processual penal, e a aplicabilidade da reforma que se encontra suspensa trazida pela Lei nº 13.964/2019, que inseriu no Código de Processo Penal Brasileiro 1941, a figura do “juiz de garantias” nos artigos 3ºA ao 3ºF, onde essa atribuição visa à exclusão preliminar na fase pré-processual, evitando-se uma condenação baseada em meros atos de investigação que podem causar prejuízos graves à sociedade, garantindo também que os meios de provas no decurso do tempo não desapareçam e até mesmo de não restringir os direitos constitucionais de ir e vir, além de que esses autos têm um valor probante fundamental ao processo e ficarão acautelados na secretaria do juiz das garantias, permitindo-se acesso por parte da defesa e Ministério Público, mas não se permitindo a juntada aos autos do processo que será enviado ao juiz do processo, afinal esses são os pilares de sustentação de um processo democrático acusatório garantindo a dignidade da pessoa humana.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Código de Processo Penal.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.html.

Acesso em: 06 nov. 2022.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. Editora Saraiva, 2021. E-book. ISBN 9786555595895. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555595895/>. Acesso em: 06 nov. 2022.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. Editora Saraiva, 2022. E-book. 9786553620704.
Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620704/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MARCÃO, Renato F. **Curso De Processo Penal**: Editora Saraiva, 2021. 9786555594485.
Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555594485/>. Acesso em: 28 de maio 2022.